

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR DA FORÇA AÉREA

2006/2007



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

António João de Matos Silvestre Churro
CAP/PA

Lisboa 2007

Agradecimentos

Expresso o meu profundo reconhecimento ao Sr. Major-General Campos de Almeida pela valiosa ajuda dada no traçar das linhas gerais para a elaboração do presente trabalho.

Agradeço ao Sr. Tenente-Coronel Godinho pela forma entusiasta como deu indicações relativamente à investigação a efectuar e pela cedência de algum material de apoio à mesma.

Ao Sr. Major Mendes agradeço todo o aconselhamento e recomendações no âmbito da orientação a este trabalho.

Finalmente uma palavra especial de reconhecimento para todos os Amigos e Camaradas de Curso que de algum modo ajudaram nesta concretização.

Índice

Introdução	1
1. A definição e a aplicação do Direito Humanitário	4
a. O DIH enquanto ramo do Direito	4
b. Antecedentes históricos	4
c. A questão humanitária nos conflitos	5
d. Características do DIH	6
e. Objecto do DIH	6
f. Objectivo do DIH	7
g. Campo de aplicação do DIH.....	8
h. Fontes do DIH	9
(1) As Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949	10
(2) Os Protocolos Adicionais de 8 de Junho de 1977	10
i. Princípios do DIH.....	11
j. O DIH <i>versus</i> o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH)	11
2. A responsabilidade criminal do indivíduo a título privado ou enquanto agente público	13
a. Princípios internacionais	14
b. Responsabilidade da cadeia de comando.....	14
3. Os tipos de crimes e a competência para os julgar	15
a. Crimes de direito internacional	15
(1) Crimes contra a paz	15
(2) Crimes de guerra.....	15
(3) Crimes contra a Humanidade	16
b. Infracções às Convenções e ao I Protocolo	16
(1) Infracções graves	16
c. Mecanismos de investigação	17
(1) A Comissão internacional para apuramento dos factos.....	17
d. A repressão penal	18
(1) A repressão a nível interno	18
(2) A repressão a nível internacional.....	18
(3) A repressão a nível nacional.....	22
4. Os danos colaterais provocados no âmbito das OAP	23

a. População civil	23
b. Objectivos militares.....	23
(1) Princípio da proporcionalidade.....	24
(2) Ataques indiscriminados.....	24
c. Bens culturais e locais de culto	25
d. Bens indispensáveis à sobrevivência da população.....	25
e. Proibição de atacar certas zonas	26
(1) Localidades não defendidas.....	26
(2) Zonas e localidades sanitárias e de segurança	26
(3) Zonas neutralizadas	26
(4) Zonas desmilitarizadas	26
f. Unidades sanitárias	27
g. Regras de Empenhamento (ROE).....	27
Conclusões.....	29
Bibliografia.....	32
Anexo A.....	A-1

Resumo

O presente trabalho tem como objectivo contribuir para a formação de todos os militares da Força Aérea no âmbito do Direito Internacional Humanitário.

O percurso metodológico foi iniciado com uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em questão nomeadamente em Portugal, Organização das Nações Unidas e Comité Internacional da Cruz Vermelha.

A questão central: **“Como contribuir para a formação dos militares da FAP, para que tenham um desempenho dentro dos parâmetros do Direito Internacional Humanitário, quando envolvidos em missões no âmbito das Operações de Apoio à Paz?”**, permitiu estabelecer uma metodologia de investigação baseada no estudo dos conceitos doutrinários e legislação existentes.

O trabalho foi organizado com introdução, quatro capítulos e conclusões. Após a introdução, o primeiro capítulo foi dedicado à definição e aplicação do Direito Humanitário com a finalidade de proporcionar um enquadramento conceptual.

No segundo capítulo foi identificado o modo como se procede à responsabilização criminal do indivíduo, a título privado e enquanto no desempenho de funções de agente público. A tipificação dos crimes e a competência para os julgar foi efectuada no terceiro capítulo.

No quarto capítulo foram analisados os danos colaterais que podem ser provocados no decorrer das Operações de Apoio à Paz e o estudo terminou com a apresentação das conclusões de forma a realçar as principais ideias que se entendeu serem ajustadas ao objecto do presente trabalho.

Relativamente aos ensinamentos decorrentes da análise efectuada, realça-se a necessidade de ministrar conhecimentos de Direito Internacional Humanitário na formação de todos os militares da FAP e proporcionar uma instrução mais acentuada, na preparação e treino para o envolvimento específico em Operações de Apoio à Paz.

Abstract

The purpose of this study is to contribute for the formation of all the Air Force personnel in the scope of the Humanitarian International Law.

The methodology used was to perform a documentary and bibliographical research on the subject in question in Portugal, United Nations Organization and Red Cross International Committee.

The central question “How to contribute for the formation of the Air Force personnel in order to prepare them for a performance under the Humanitarian International Law parameters when involved in Peace Support Operations?” it allowed to establish a methodology based on the study of existing doctrinal concepts and legislation.

This study was organized in introduction, four chapters and conclusions. The first chapter was dedicated for the definition and application of Humanitarian Law, with the purpose of provide a concepted framing. In chapter two was identified the way to criminal responsibility a person, as individual or while public agent. The crime tipification and the ability to judge them were done in chapter three. In chapter four we had been analysed the collateral damage that can be happen during Peace Support Operations. We finished this study with the presentation of conclusions, in order to enhance the main ideas, that we understood adjusted to the subject of the study.

From the analysis we understanding that is necessary to give formation, in Humanitarian International Law to all the Air Force military during is preparation and training for Peace Support Operations.

Palavras-chave

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO (DIH); OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ (OAP); I, II, III E IV CONVENÇÃO DE GENEBRA (CG); I E II PROTOCOLO ADICIONAL (PA); CONVENÇÃO DE HAIA; COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV); TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI); REGRAS DE EMPENHAMENTO (ROE); TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA (TIJ); DIREITO DE GENEBRA; DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (DIDH); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU); DIREITO DE HAIA; DIREITO DE NOVA IORQUE; TRIBUNAL DE NUREMBERGA; ORGANIZAÇÃO DO TRATADADO ATLÂNTICO NORTE (OTAN/NATO); DANOS COLATERAIS; REPRESSÃO PENAL; CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR (CJM); OBJECTIVOS MILITARES; BENS CIVIS; VÍTIMAS; RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL; CRIMES DE GUERRA; INFRACÇÕES GRAVES; CONFLITO ARMADO; GUERRA; ESTADO-PARTE.

Lista de abreviaturas

AG	- Assembleia Geral
CAI	- Conflito Armado Internacional
CANI	- Conflito Armado Não Internacional
CG	- Convenções de Genebra
CICV	- Comité Internacional da Cruz Vermelha
CJM	- Código de Justiça Militar
CRP	- Constituição da República Portuguesa
CS	- Conselho de Segurança
DH	- Direitos Humanos
DI	- Direito Internacional
DIDH	- Direito Internacional dos Direitos Humanos
DIH	- Direito Internacional Humanitário
DIP	- Direito Internacional Público
DUDH	- Declaração Universal dos Direitos do Homem
FAP	- Força Aérea Portuguesa
FFAA's	- Forças Armadas portuguesas
GM	- Guerra Mundial
NATO	- <i>North Atlantic Treaty Organisation</i>
NU	- Nações Unidas
OAP	- Operações de Apoio à Paz
PA	- Protocolos Adicionais
TIJ	- Tribunal Internacional de Justiça
TPI	- Tribunal Penal Internacional
ROE	- <i>Rules of Engagement</i> / Regras de Empenhamento

Introdução

O tema proposto, “ *Direito Internacional Humanitário*” (DIH), visa a necessidade que se tem feito sentir acerca da questão do aumento do conhecimento sobre as normas do DIH, por parte dos militares da Força Aérea Portuguesa (FAP), que participaram nas últimas duas décadas, em diversas Operações de Apoio à Paz (OAP) na Europa, África e Ásia.

Justificação do estudo

O presente trabalho procura identificar os aspectos essenciais do DIH, no que diz respeito à participação das Forças Armadas portuguesas (FFAA's) e em particular da FAP, em missões complementares de apoio e que não são consideradas como de guerra, já que esta se constitui, em termos históricos, no seu fim último. A Constituição da República Portuguesa (CRP), nos artigos 273, nº 2 e 275, nº 1, reconhece às FFAA's que para além da sua missão principal, a defesa militar da República contra qualquer agressão ou ameaça externas, lhes compete também participar em missões humanitárias e de paz, no plano internacional.

Objecto de estudo e sua delimitação

Em virtude da vastidão da temática em questão, e de modo a poder-se delimitar este estudo, pretendeu-se relacionar alguns dos textos fundamentais do DIH, as quatro Convenções de Genebra (I, II, III e IV CG) de 1949 e os dois Protocolos Adicionais (I e II PA) às mesmas, de 1977, com o organismo internacional ao qual é reconhecida a sua acção primordial na divulgação e na aplicação do DIH, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a competência para julgar os crimes cometidos através de infracções graves ao DIH, ainda que pela responsabilização individual dos intervenientes nos conflitos armados, o Tribunal Penal Internacional (TPI).

Definição dos objectivos da investigação

Este estudo versa o DIH, tendo como objectivo geral apresentar um trabalho que permita contribuir para adequar às normas do DIH, o desempenho dos militares da FAP, quando envolvidos em OAP. Os objectivos específicos tratados nos quatro capítulos do trabalho são a definição e a aplicação do Direito Humanitário, a responsabilidade criminal individual a título privado ou enquanto agente público, os vários tipos de crimes e a

competência para efectuar o seu julgamento e por último, o problema dos danos colaterais que podem ser provocados neste tipo de missões.

Metodologia adoptada

O percurso metodológico iniciou-se pela pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em questão, a fim de possibilitar uma definição mais objectiva da questão central que iria guiar esta investigação. A metodologia utilizada baseou-se na análise das principais normas jurídicas do DIH e no estudo da demais legislação complementar existente, de forma a atingir-se o objectivo que foi proposto.

Deste modo definiu-se a questão central:

- Como contribuir para a formação dos militares da FAP, para que tenham um desempenho dentro dos parâmetros do Direito Internacional Humanitário, quando envolvidos em missões no âmbito das Operações de Apoio à Paz?

E as questões derivadas da anterior:

- Como efectuar a responsabilização criminal individual, quer no âmbito dos conflitos armados, quer no âmbito das OAP?

- Como reduzir a possibilidade de ocorrerem danos colaterais na sequência de decisões tomadas no desenrolar das hostilidades ou mesmo no pós-conflito?

Face a estas questões levantadas, foram consideradas as seguintes hipóteses:

- A definição e o campo de aplicação do DIH, estão previstos na codificação das suas normas.

- Os crimes resultantes de infracções graves, estão tipificados na legislação, tal como a competência para os julgar.

Organização do estudo

O presente trabalho apresenta-se da seguinte forma: uma introdução, quatro capítulos e as conclusões.

Após a introdução dedica-se o primeiro capítulo ao enquadramento conceptual relativamente à definição e aplicação do DIH, no capítulo seguinte identifica-se a atribuição da responsabilidade criminal individual a título privado ou enquanto agente público, enquanto que no terceiro capítulo se descrevem os tipos de crimes e a competência para os julgar e no quarto capítulo se analisam os danos colaterais que podem ocorrer no âmbito das OAP.

O estudo termina com as conclusões, nas quais após a apresentação de um sumário do conteúdo dos capítulos, formulam-se algumas recomendações que se entendeu serem adequadas ao objectivo proposto com o presente trabalho.

1. A definição e a aplicação do Direito Humanitário

a. O DIH enquanto ramo do Direito

Embora sendo um ramo do Direito Internacional Público (DIP), é no entanto um Direito “*sui generis*”, constituindo-se de forma autónoma do mesmo modo que o Direito da Família ou o Direito de Expropriação por Utilidade Pública. Como direito de conciliação e de persuasão, preconiza uma concepção racional e razoável dos comportamentos humanos nas situações de confronto entre as partes envolvidas nos confrontos armados.

b. Antecedentes históricos

O aumento do nível de violência provocado pelo crescente poder de destruição das armas utilizadas nos últimos conflitos armados, faz com que a prevenção destes se torne numa obrigação urgente, mesmo talvez o primeiro objectivo no âmbito da cooperação internacional.

Embora no início da humanidade não houvesse qualquer tipo de regras na guerra, como o lema “*Vae victis*”, vencer ou morrer, pois segundo a lei das Doze Tábuas, tudo era permitido contra os inimigos de Roma, foi ainda na Antiguidade que no Código de Hammourabi apareceram os primeiros traços do DH com a frase “...decreto estas leis a fim de evitar que o forte oprima o fraco...”

Os princípios da cavalaria, na Idade Média e o cristianismo deram origem às primeiras instituições humanitárias com a Paz de Deus e as Tréguas de Deus em que a primeira preconizava a proibição de serem atacados certos locais e pessoas quase sempre relacionados com a Igreja e a segunda excluía a guerra de alguns períodos do calendário litúrgico. Não deixa de ser curioso por exemplo que o Concílio de Latrão em 1139 tenha proibido o uso da besta como arma, mas apenas quando não fosse contra os infiéis!

Apenas no século XVIII, o Século das Luzes, foram lançados os alicerces do moderno direito da guerra, através das doutrinas humanistas de Jean Jacques Rousseau com “O Contrato Social” em 1762 e Emerich de Vattel com “O Direito das Gentes” em 1758, que assim colocaram um fim na tese da “Guerra Justa” de Hugo Grotius no século anterior, afirmando ambos que a guerra apenas se devia limitar aos militares e poupar a população civil.

Foi no entanto em 24 de Junho de 1859, em Solferino que, na sequência de uma batalha travada nesta cidade entre franco-italianos e prussianos, cerca de 60% dos 40000 mortos foram provocados pela falta de assistência médica aos feridos, já que a razão de médicos era de 1 para 500, situação esta presenciada por um ainda jovem homem de negócios suíço, Henry Dunant, que após ter regressado muito impressionado a casa com tudo o que viu, escreveu o livro “Uma Recordação por Solferino”, em 1862 e no qual formula os desejos para que em cada país fosse constituída em tempo de paz, uma sociedade voluntária de socorros e que fosse ratificado pelos Estados, um princípio internacional convencional e sagrado, que assegurasse uma protecção jurídica aos serviços sanitários.

Este livro esteve assim na génese da Cruz Vermelha, através da criação no ano seguinte de um Comité composto por cinco pessoas e do qual Dunant fazia parte, que ao solicitar às autoridades helvéticas a convocação de uma Conferência Diplomática para a neutralidade do serviço de saúde militar em campanha, deu origem à primeira Convenção “para melhorar a situação dos militares feridos nas forças armadas em campanha”, assinada em Genebra em 22 de Agosto de 1864 pelos representantes de 12 Estados, entre os quais Portugal. Foi a partir daqui que se iniciou toda a codificação dos usos e costumes da guerra, sendo por isso considerada a génese do DIH, tal como é conhecido.

c. A questão humanitária nos conflitos

Na lógica da Declaração de São Petersburgo de 1868, sobre a proibição do uso de projecteis explosivos que agravem desnecessariamente o sofrimento dos feridos ou causem inevitavelmente a morte e que definia como único fim legítimo da guerra, o enfraquecimento das forças militares do inimigo, Jean Pictet identificou os dois princípios que levam a um raciocínio específico no plano humanitário, definindo a guerra não como um fim mas antes como um meio, depois de esgotados todos os outros meios, para que um Estado faça outro ceder à sua vontade e como forma de destruição apenas da capacidade beligerante do inimigo.

As consequências, no plano humanitário, para as vítimas da guerra, materializam-se em quatro exigências que a Humanidade faz, dando preferência à captura sobre o ferimento e a este sobre a morte, que seja da forma menos grave e menos dolorosa, que sejam poupados, tanto quanto possível, os não combatentes,

considerando-se os que nunca foram ou já não são e que a captura no âmbito da guerra, seja o mais suportável possível, não devendo ser considerada como um castigo mas tão somente um meio de afectar a capacidade de combate do inimigo.

d. Características do DIH

As características do DIH, enquanto ramo do DIP, fazem com que tal como este, esteja dependente da iniciativa e da boa vontade dos Estados, necessitando de coordenação e não tendo subordinação, reflectindo-se isso na falta de mecanismos para aplicação de sanções. As suas fontes inserem-se nas inseridas no artigo 38º, número 1 do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) e a par das Convenções humanitárias de 1949 e 1977, é de realçar a preponderância que o costume internacional e os princípios gerais do Direito reconhecidos como tal, têm tido como complemento e na colmatação de lacunas.

O campo de vigência do DIH é ainda complementado com três mecanismos, ao permitir que os beligerantes celebrem acordos especiais que possam regular questões particulares do conflito, na aplicação do Direito de Genebra em qualquer circunstância, desde que exista um conflito armado e mesmo que uma das partes não seja signatário das Convenções e considerando inalienáveis os direitos conferidos às pessoas protegidas, pelo que ninguém pode ser coagido à renúncia voluntária a essa protecção.

e. Objecto do DIH

O indivíduo é o objecto quer do DIH quer do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), mas o desenvolvimento de ambos os ramos, deu-se inicialmente de forma separada, já que o período e o campo de aplicação não eram coincidentes.

Embora essa autonomia tenha conduzido a uma complementaridade e convergência entre eles que se verificou com a IV Convenção e com a adopção dos Protocolos Adicionais, manifestando-se no presente em três princípios comuns aos dois ramos e que são o da inviolabilidade, que garante ao não combatente o respeito pela sua vida e pela sua integridade física e moral, o da não discriminação no acesso aos direitos protegidos e o princípio da segurança que implica por exemplo,

o respeito pelas garantias judiciais. Tratando-se de um Direito das gentes, visa acima de tudo os indivíduos e não os Estados.

A expressão Direito da Guerra foi abandonada desde a adopção do princípio da proibição do uso da força no âmbito das Nações Unidas (NU), mas estas utilizam a de Direito dos Conflitos Armados, embora pelo facto de serem transpostas para o Direito, uma série de preocupações de ordem moral e humanitária, tornam a designação mais adequada para esta disciplina, como sendo a de Direito Internacional Humanitário.

O DIH proclama o *jus contra bellum*, já que o *jus ad bellum*, a licitude do recurso à força, foi proibido pelo Pacto de Biand-Kellog em 1928 e mais tarde pela Carta das NU, em 1945, e regulamenta o *jus in bello*, que consiste no acto de declaração de guerra ou de reconhecimento de beligerância, a condução das hostilidades e fixando os direitos e os deveres das partes nos conflitos armados.

Na realidade, o *jus ad bellum* não é objecto de uma proibição absoluta, já que a própria Carta das NU contém logo no seu preâmbulo a afirmação de que “a força armada não será usada a não ser no interesse comum”, tal como permite o recurso à força em legítima defesa¹, em guerras de legítima defesa como foi invocado pelos Estados Unidos junto do Conselho de Segurança (CS) das NU, para justificar a invasão do Afeganistão.

Encontramos ainda esta disposição no Capítulo VII da Carta – Acção relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e actos de agressão – no exercício de acções coercivas militares previstas nos artigos 42 e seguintes e também no reconhecimento da legalidade das “guerras de libertação nacional”.

f. Objectivo do DIH

O objectivo do DIH é proteger a pessoa que se encontra numa situação perigosa devido à violência causada pela guerra, em nome dos princípios de humanidade e dignidade reconhecidos por todas as formas de civilização, mantendo a sua integridade física e a sua dignidade aquando dos conflitos armados.

Assim enuncia as regras aplicáveis durante os conflitos armados internos ou internacionais e ao mesmo tempo que restringe os direitos dos combatentes disciplinando os seus actos de violência através da limitação dos métodos e meios

¹ Art 2º, nº 4 e artº 51

de fazer a guerra, protege os bens civis e também os direitos dos não combatentes, sejam eles civis ou militares fora de combate.

Estas duas das suas regras fundamentais, que fazem parte do Direito Internacional comum, impõem-se a todos os Estados enquanto parte do *jus cogens*, em que a primeira impõe limites de actuação e a segunda exige distinções entre pessoas e bens, no âmbito dos conflitos.

g. Campo de aplicação do DIH

Após a sua regulamentação, o DIH limitava-se no início à protecção dos militares feridos em campanha, sendo sucessivamente alargado o seu campo de actuação, acompanhando o aumento do círculo de vítimas resultantes da violência dos conflitos armados. Esta violência afecta os dois principais actores presentes no teatro da guerra, que são o combatente e a vítima, podendo em determinadas circunstâncias serem assumidos os dois papéis pela mesma pessoa. Em relação ao combatente, define normas que regulamentam a sua conduta nas hostilidades e quanto às vítimas, prevê uma série de mecanismos de protecção para as pessoas que caíram em poder do inimigo.

A aplicação do DIH em tempo de paz está prevista² e assume uma importância relevante materializada em três aspectos da preparação para o conflito. A difusão, que é uma obrigação de natureza convencional, implica que as autoridades civis e militares possuam instrumentos adequados para a sua aplicação, dêem formação e qualifiquem pessoal tendo em vista facilitar esta e que nas forças armadas existam conselheiros jurídicos junto das chefias militares.

A sinalização dos bens protegidos deve ser efectuada antes do início das hostilidades, de modo que as unidades sanitárias, fixas ou móveis, fiquem sinalizadas através do emblema e estejam equipadas com sistemas de identificação rádio ou sinais luminosos³. A par da preparação que as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho devem efectuar tendo em vista as tarefas específicas que lhes podem ser atribuídas no âmbito dos conflitos armados, deverão igualmente ser criadas certas estruturas, tais como o desenvolvimento do serviço de protecção civil, a constituição de escritórios oficiais de informações para

² N° 1, art° 2°, comum e art° 1°, § 2, do I Protocolo

³ Art° 3° a 13°, anexo 1 do I Protocolo

prisioneiros de guerra e pessoas civis e para a procura de crianças e pessoas desaparecidas.

h. Fontes do DIH

O artº 38 do Estatuto do TIJ enumera as fontes formais do DIP, salientando-se de entre estas as que são as mais importantes no âmbito do DIH, o costume e o tratado. Embora de origem consuetudinária, as fontes do DIH foram bastante codificadas no século passado, mas continuam a ter um valor costumeiro na necessidade da sua aplicação quando estão envolvidos Estados que não aderiram ou não ratificaram os textos das convenções.

Entre estes mais de trinta textos são de referir as 15 Convenções de Haia de 1899 e de 1907, que visam limitar a condução das hostilidades pelo Direito Internacional, sendo a guerra no mar tratada na Conferência de 1907, o Protocolo de Genebra sobre a proibição do uso de gases e meios bacteriológicos na guerra, de 17 de Junho de 1925, as quatro CG de 1949, a Convenção e o Protocolo de Haia para a protecção da propriedade cultural em caso de conflito armado, de 14 de Maio de 1954, a Convenção das NU sobre a proibição do uso militar de técnicas de modificação ambiental, de 1976, os dois PA às CG, de 8 de Junho de 1977, a Convenção das NU de 10 de Abril de 1981, o Tratado de Paris de 15 de Janeiro de 1993 e a Convenção de Ottawa de 3 de Dezembro de 1997.

A distinção tradicional entre o Direito de Haia também conhecido como Direito da Guerra, relativo aos meios e métodos de combate e inspirado no Código de Francis Lieber em 1863, sendo este mais tarde o embrião da Declaração de S. Petersburgo e entre o Direito de Genebra ou Direito Humanitário, que deve ser considerado na perspectiva da protecção dos direitos dos não combatentes, deixou de ter razão de ser quando surgiram os Protocolos de 1977, já que estes contêm algumas disposições que também regulamentam a conduta das hostilidades. É o I Protocolo que põe em causa esta distinção, tal como a adopção de convenções de DIH muito importantes no âmbito das NU, como a de 1976 e a de 1981, as quais vieram ainda dar origem ao chamado Direito de Nova Iorque.

⁴ Convenção sobre a proibição ou limitação do uso de certas armas convencionais que podem ser consideradas como produzindo efeitos traumáticos excessivos ou ferindo indiscriminadamente

⁵ Tratado sobre a proibição total de ensaios nucleares

⁶ Convenção sobre a proibição de utilização, armazenagem, produção e transferência de minas anti-pessoal e sobre a sua destruição

A origem das convenções é essencialmente consuetudinária, já que constituem codificações de costumes existentes, apresentando por isso algumas vantagens. Os tratados só vinculam as partes que os ratificam e estão sujeitos a modificações feitas pelas reservas formuladas ou aceites por estas⁷, por constituírem codificações de costumes prévios, são um importante auxiliar na interpretação do direito consuetudinário e por último as características de formação permanente e espontânea que o costume tem, podendo por isso derrogar regras convencionais, ao contrário das normas de jus cogens que não podem ser afastadas pelos tratados.

(1) As Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949

Tiveram como fontes as anteriores convenções de Haia e de Genebra, sendo que a primeira visava Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha (guerra em terra), a segunda Melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos das forças Armadas no Mar, a terceira dizia respeito ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra e a quarta à Protecção das Pessoas Civas em Tempo de Guerra. Procurou-se assim dar resposta aos problemas sentidos no âmbito da Segunda Guerra Mundial (II GM).

(2) Os Protocolos Adicionais de 8 de Junho de 1977

Incidindo ambos sobre a protecção das vítimas, o primeiro dizia respeito aos conflitos armados internacionais e o segundo aos conflitos armados não internacionais. Estes não vieram substituir mas sim completar as CG, embora no caso destas, as três primeiras tenham substituído as convenções que anteriormente tinham sido adoptadas no mesmo âmbito.

O primeiro tem como novidades, a melhoria da assistência médica das vítimas, a maior facilidade quanto às condições exigidas para a obtenção do estatuto de prisioneiro de guerra e antes a de combatente legítimo, o reforço das restrições aos métodos e meios de guerra e a melhoria dos mecanismos de aplicação e controlo. O segundo Protocolo tem como mérito principal o facto de ser o primeiro tratado de alcance universal aplicável às guerras civis.

⁷ Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, artº 19º, 23º e 34º

i. Princípios do DIH

O TIJ, ao elaborar um parecer sobre a licitude da ameaça ou da utilização das armas nucleares em 8 de Julho de 1996, reafirmou a natureza consuetudinária relativamente às leis e costumes da guerra em terra, das Convenções de Haia e de Genebra e enumerou os princípios do DIH como sendo, o princípio da proporcionalidade, a proibição do veneno, o princípio da distinção, a proibição da utilização de armas com efeitos indiscriminados ou que provoquem danos supérfluos e a cláusula de Martens.

No respeitante ao planeamento e à condução das operações militares há a considerar quatro princípios de natureza consuetudinária, o da necessidade militar, da humanidade, da distinção e da proporcionalidade.

O princípio da necessidade militar foi definido no artº 14 do Código Lieber, como aquelas medidas indispensáveis à condução da guerra, mas que de acordo com os usos desta e o direito moderno, são legais.

Com base na Clausula de Martens, o princípio da humanidade está sempre presente, rejeitando o argumento de uma determinada actividade não ser proibida pelo facto de não estar prevista no texto de um tratado.

Também o princípio da distinção emerge do conceito de humanidade presente na Declaração de S. Petersburgo, que para conciliar as necessidades da guerra com as leis humanitárias, restringe logo no seu preâmbulo que as acções militares só podem ser dirigidas contra as forças armadas adversárias, distinguindo-se para isso, entre civis e combatentes e entre bens civis e objectivos militares.

O princípio da proporcionalidade procura um ponto de equilíbrio entre os princípios da necessidade e da humanidade, encontra-se já nos artigos 14 e 22 do Código Lieber e faz parte do direito consuetudinário da guerra em situações como a legítima defesa ou a propósito das represálias. Outro aspecto importante do princípio da proporcionalidade é a questão dos danos colaterais a tratar em capítulo mais á frente.

j. O DIH *versus* o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH)

Ao verificar-se uma aproximação e complementaridade entre os dois sistemas, que embora não se confundindo, podem ser aplicados cumulativamente, encontrando-se esta convergência de actuação numa série de princípios comuns

como, o respeito pela vida e pela integridade física e moral dos não combatentes, a não discriminação em termos de acesso aos direitos protegidos, a proibição de represálias e da tomada de reféns, as garantias judiciais e a inalienabilidade de direitos e consequente responsabilização individual em caso de infracção desta.

Apesar de diferentes origens em termos históricos e doutrinários, tem-se verificado uma progressiva aproximação do DIH ao DIDH, manifestada logo na influência que a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), de 1948, teve nas quatro CG de 1949.

Embora alguns Direitos Humanos (DH) possam ser limitados ou suspensos durante um conflito armado, estas medidas devem ser proporcionais à exigência conjuntural da situação, não podem ser discriminatórias nem ser incompatíveis com outras obrigações do Direito Internacional, nem permitir a morte, a escravatura ou a servidão, nem interferir com a liberdade religiosa e nem derrogar o direito à vida, como aconteceu com o emprego de pilotos suicidas pelo Japão na II GM.

É precisamente a partir da escalada de violações dos DH verificada neste conflito, que a sua problemática assume uma grande importância, materializada logo na Carta das NU, que no artº 1º, nº 3 se propõe assumir a promoção e o respeito por aqueles direitos. A prossecução deste objectivo levou à adopção de várias convenções como a DUDH, pela Resolução 257-A (III) da Assembleia Geral das NU, em 1948, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem em 1950, os Pactos Internacionais sobre os Direitos do Homem, relativos aos Direitos Civis e Políticos e aos Direitos Económicos e Sociais, em 1966, a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos em 1969 e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos em 1981.

A formulação dos DH, ainda sob a ideia de direitos fundamentais, surge no século XIX, com o Constitucionalismo e o Estado Liberal de Direito, no reconhecimento da existência de direitos naturais anteriores e com possibilidade de serem opostos ao próprio Estado, os chamados direitos fundamentais negativos, civis e políticos ou de primeira geração, tais como o direito à vida, à liberdade de expressão, às garantias judiciais, de propriedade e de eleger e ser eleito.

No período entre as duas Grandes Guerras, com o surgimento do Estado Social de Direito, manifestam-se os direitos positivos, económicos, sociais e culturais ou de segunda geração, como o direito à saúde, habitação, educação e cultura. Depois da II GM, afirmam-se os direitos de solidariedade, colectivos ou de

terceira geração, como o direito à autodeterminação dos povos, à paz e ao desenvolvimento sustentado.

As considerações preconizadas pelo DIH situam-se muito próximas das que constituem a base da protecção dos direitos do homem, sendo um prolongamento desta no caso particular dos conflitos armados, com algumas diferenças.

Quanto ao âmbito de aplicação, os DH aplicam-se em qualquer lugar e a todo o tempo, enquanto o DIH só se aplica no desenrolar de um conflito armado e no pós-guerra. No que diz respeito aos sujeitos os DH protegem todas as pessoas sem qualquer discriminação e o DIH só protege as vítimas dos conflitos armados. Na repressão das violações, o DIH prevê a punição dos crimes de guerra, contra a paz e contra a Humanidade e os DH apenas prevêm garantias judiciais. O DIH prevê estatutos específicos para os combatentes, o pessoal sanitário e o religioso e os DH aplicam-se sem qualquer distinção. Quanto às partes, o DIH regula relações entre Estados, entre Estados e indivíduos e entre indivíduos, enquanto os DH só regulam relações do indivíduo com o Estado. O grau de protecção o DIH não pode ser diminuído nem disponível das pessoas que protege⁸, enquanto alguns DH podem ser reduzidos ou suspensos durante um conflito armado⁹.

2. A responsabilidade criminal do individuo a título privado ou enquanto agente público

No quadro dos Conflitos Armados Não Internacionais (CANI), a responsabilidade penal individual tem vindo a afirmar-se como por exemplo nos casos de crimes de genocídio e crimes contra a Humanidade, quer seja em conflitos internos ou em conflitos internacionais, em que a competência universal para os julgar pode ser exercida em qualquer momento contra os autores dos mesmos. Igualmente neste quadro, as leis internas de numerosos países, onde se incluem a Bélgica, a Suíça, os Estados Unidos e a Espanha, remetem as violações do Direito Humanitário aplicável aos CANI para o âmbito dos crimes de guerra.

⁸ Artº 8º da IV Convenção

⁹ Artº 19º da CRP

a. Princípios internacionais

Com a constituição dos Tribunais Internacionais para julgamento dos crimes praticados nas violações praticadas nos recentes conflitos do Ruanda e da ex-Jugoslávia, tendo como base os princípios de Nuremberga e as Resoluções do CS das NU e depois com o TPI¹⁰, foram afirmados internacionalmente, alguns princípios em termos de responsabilização criminal individual, a saber:

- A justificação para não haver responsabilização individual pelos crimes graves por violação do DIH com base nas leis locais, deixou de ter relevância já que estes passaram a ser julgados face à lei internacional;
- Os Chefes de Estado e os Altos Funcionários passaram também a ser responsabilizados internacionalmente, quando considerados culpados e não é considerada a sua situação oficial como desculpa para a aplicação das penas nem como motivo para uma diminuição das mesmas;
- A responsabilidade individual não é afastada em termos absolutos, pelo cumprimento de uma ordem de um superior hierárquico, uma vez que o DIH adopta o princípio da responsabilidade pessoal pelas infracções cometidas às suas normas.

As violações graves do DIH, ao serem considerados crimes internacionais, obrigam a que os Estados levem a julgamento os autores e os cúmplices das mesmas, quer seja nos tribunais nacionais, nos tribunais dos outros Estados através da sua extradição, ou ainda no TPI no caso de não quererem ou não terem competência para efectuar o julgamento a nível interno. O que é imperioso acontecer é que as pessoas acusadas destas violações graves sejam sempre trazidas perante a justiça.

b. Responsabilidade da cadeia de comando

O artigo 86º, nº 2, do I Protocolo, responsabiliza os comandantes militares no sentido de que quando uma infracção seja cometida por um seu subordinado, estes estando informados, nada façam para a impedir ou reprimir. Mas antes de se iniciar um ataque, o comandante deve efectuar uma análise ponderada sobre a vantagem militar resultante do mesmo e sobre os danos colaterais que podem surgir. Os alvos a atacar devem ser confirmados como objectivos militares e verificadas as precauções a tomar para se

¹⁰ Artº 25º do Capítulo III do Estatuto do TPI

minimizar os danos colaterais e no caso de existirem várias alternativas, compará-las e escolher a menos excessiva de entre as compatíveis com o sucesso das operações militares.¹¹

Ainda assim, se resultante da acção empreendida existirem violações graves do DIH e for tomada a decisão de levar a ocorrência a julgamento em tribunal, esta deve ser vista como ela se apresentava ao comandante militar em termos de conjuntura do ataque e verificar se os critérios de proporcionalidade e praticabilidade foram tidos em linha de conta.

Sendo o respeito pelo Direito da Guerra uma questão de ordem e de disciplina, o conhecimento e o respeito pelos seus princípios deve constituir-se numa constante preocupação dos comandantes e chefes militares directos, para que os seus subordinados tenham uma conduta dentro das normas de actuação previstas pelo DIH, integrando uma componente de instrução relativa ao mesmo nas actividades normais das missões em que estão envolvidos, neste âmbito. De igual modo devem de imediato, proceder disciplinar e criminalmente em caso de infracções, graves ou não, a estas normas.

3. Os tipos de crimes e a competência para os julgar

A função dissuasiva das sanções deve actuar directamente em favor das vítimas e as Partes, além da obrigação de fazer cessar as violações em geral, devem actuar criminalmente reprimindo as infracções graves que desde logo sejam tipificadas como crimes de guerra.

a. Crimes de direito internacional

(1) Crimes contra a paz

Também conhecidos como crimes de agressão, ou seja, a preparação e o desencadear de uma guerra de agressão ou feita em violação dos tratados.

(2) Crimes de guerra

São os constantes da lista de violações do princípio 6, b) de Nuremberga, algumas das quais incriminadas pelo DIH.

¹¹ Artº 57º, nº 2 do I Protocolo

(3) Crimes contra a Humanidade

Por um lado são considerados os tipos de crimes previstos no artigo 6º, alínea c) dos Princípios de Nuremberga tais como os assassinios, a escravatura, a deportação e outros actos cometidos contra civis, com ligação a crimes contra a paz ou crimes de guerra. Outra noção mais abrangente além das infracções previstas no artigo anterior engloba ainda o genocídio e o crime de *apartheid*.

b. Infracções às Convenções e ao I Protocolo

As infracções graves são as únicas que no âmbito do DIH devem ter sanções penais, devendo os Estados tomar medidas em termos de legislação nacional e sanções disciplinares em relação às outras.

(1) Infracções graves

São comuns às quatro Convenções¹², o homicídio voluntário, a tortura ou tratamentos desumanos, incluindo as experiências biológicas, o facto de causar intencionalmente grandes sofrimentos ou de ofender gravemente a integridade física ou a saúde e a destruição e apropriação de bens não justificadas por necessidades militares e executadas em grande escala, de foram ilícita e arbitrária, não figurando esta disposição no artº 130 da III convenção.

As III e IV Convenções têm em comum os actos de obrigar prisioneiros de guerra a servir nas forças armadas captoras e a privação quer de prisioneiros de guerra quer de civis, do direito de serem julgados regular e imparcialmente nos termos previstos nas mesmas.

Como específicas da IV Convenção temos as deportações e transferências ilegais, tal como a detenção ilegal de pessoas protegidas e a tomada de reféns.

O I Protocolo qualifica como crimes de guerra,¹³ os ataques contra civis ou militares fora de combate, contra bens civis ou obras e instalações

¹² Artº comum 50º, 51º, 130º e 147º

¹³ Artº 11º, § 4 e artº 85º, § 3 e § 4

que contenham forças perigosas e a pérfida utilização dos emblemas da Cruz Vermelha, Crescente Vermelho e Cristal Vermelho¹⁴.

c. Mecanismos de investigação

(1) A Comissão internacional para apuramento dos factos

Os Estados beligerantes, por falta do seu consentimento, nunca conseguiram iniciar qualquer procedimento de inquérito sobre violações do DIH, como estava previsto nas Convenções de 1949, tendo sido criada a Comissão internacional para apuramento dos factos, ao abrigo do artº 90 do I Protocolo. Esta Comissão ficou constituída com a vigésima declaração de aceitação da sua competência, quando o Canadá ratificou os Protocolos em 1991, podendo recorrer a ela não só os Estados mas também os movimentos de libertação nacional.¹⁵ Relativamente aos Estados, esta possibilidade é dada além dos que tenham assinado, ratificado ou aderido ao Protocolo, também aos que em qualquer momento aceitem a sua competência, relativamente a outros na mesma situação.

A sua competência resume-se ao quadro dos Conflitos Armados Internacionais (CAI) e verifica-se em dois mecanismos diferentes, a investigação¹⁶ de todos os factos que possam constituir infracções graves nos termos definidos pelas Convenções e Protocolos e os bons ofícios¹⁷ a fim de facilitar a reposição do previsto nas disposições das Convenções e do I Protocolo, que podem ser a comunicação de conclusões sobre questões de facto ou o apontar para uma solução amigável, sendo ainda prestados quando estejam em causa violações graves ou não de DIH.

Apesar apenas de ser acusada de tomar uma atitude passiva e de imobilidade por apenas ter reunido para aprovação do regulamento interno e designação dos seus membros e nunca para investigar eventuais violações, a responsabilidade por esta situação pertence também aos Estados pelo facto de nunca terem pedido a esta Comissão para intervir no âmbito das suas competências.

¹⁴ Emblema protectivo que se junta aos anteriores, introduzido pelo III PA que entrou em vigor em 14Jan07

¹⁵ Artº 96º, § 3 do I Protocolo

¹⁶ Artº 90º, § 2, alínea – i) do I Protocolo

¹⁷ Artº 90º, § 2, alínea – ii) do I Protocolo

d. A repressão penal

A responsabilidade internacional do Estado que pratique actos ilícitos em termos de violação de disposições do DIH, já prevista no Direito de Haia,¹⁸ voltou a ser reafirmada pelo Direito de Genebra,¹⁹ ficando obrigado a indemnizar desde que da sua conduta resultem prejuízos ou danos materiais e devendo essa indemnização ser efectuada em termos pecuniários.

(1) A repressão a nível interno

O sistema de repressão penal proposto pelo DIH impõe aos Estados a obrigação de proceder criminalmente contra aqueles que pratiquem infracções graves, procurando-os e levando-os a comparecer perante os seus próprios tribunais, para que lhes seja instaurada acção penal, julgamento e punição ou mesmo extraditando-os para serem julgados noutro Estado de acordo com a lei deste, embora seja uma situação prevista a título subsidiário. Uma vez que a tipificação dos actos ilícitos que constituem crimes de guerra é regulada pelo DIH, este atribui às leis e jurisdições nacionais a definição das sanções penais adequadas e a determinação das penas a aplicar.

Embora a repressão efectuada pelos tribunais nacionais seja muito discreta, já que os Estados normalmente não têm vontade política para agirem criminalmente contra os seus próprios cidadãos, devem no entanto cooperar mutuamente na localização, captura e julgamento ou extradição, de todos os suspeitos de terem praticado crimes de guerra ou contra a Humanidade, pois só assim se poderá pôr fim à impunidade que muitas vezes se verifica nestes casos.

(2) A repressão a nível internacional

Na sequência do final da I GM, o Tratado de Versalhes, em 1919, tinha previsto a instauração de acções penais e o julgamento do Imperador Guilherme II por ter atentado contra a moral internacional e a autoridade dos Estados, tal como a instauração de acções penais contra outros suspeitos de terem cometido infracções às leis e costumes da guerra. O Imperador não

¹⁸ Artº 3º da IV Convenção

¹⁹ Artº comuns 51º, 52º, 131º e 148º, às quatro Convenções e artº 91º do I Protocolo

foi julgado e o Supremo Tribunal de Leipzig sentenciou penas leves nos poucos processos que concluiu.

Situação diferente foi a que ocorreu com os tribunais de Nuremberga e de Tóquio no final da II GM, constituindo-se num enorme progresso em termos de repressão internacional, já que a sua jurisprudência ainda hoje se mantém válida. É de referir que «...estes tribunais ignoraram o princípio fundamental da legalidade dos crimes e das penas, pelo seu funcionamento e aplicaram o direito e a justiça dos vencedores sobre os vencidos, pela sua composição. Na verdade, na altura não havia outra alternativa!...»²⁰

(a) Os tribunais penais internacionais ad-hoc

Apenas algumas décadas depois, mais recentemente com a guerra ocorrida na sequência da divisão da Jugoslávia e com o genocídio no Ruanda, é que o CS das NU, perante as atrocidades verificadas, decidiu criar dois tribunais penais internacionais para julgar as violações do DIH cometidas no âmbito destes dois conflitos.

O surgimento dos tribunais ad-hoc teve algumas críticas quanto ao seu modo de criação por uma resolução do CS em detrimento da via convencional, considerando-os subordinados à acção deste por ter sido o seu criador. Quanto ao tipo de justiça que traduzem, foi também considerada manietada pelos membros permanentes do CS e extraordinária porque o direito ordinário existente podia ser aplicado e pelo facto de diferirem a implementação de uma jurisdição internacional permanente.

A contribuição da experiência destes tribunais na progressão da vontade se cumprir a obrigatoriedade de não deixar passar impunes os criminosos de guerra, foi no entanto um facto evidente no passo dado tendo em vista a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), de carácter permanente e universal.

²⁰ Deyra, 2001, pág. 152

(b) O TPI

A Assembleia Geral (AG) das NU, em 9 de Dezembro de 1948, através da sua Resolução 260, fez um convite à Comissão de Direito Internacional no sentido da criação de um órgão jurisdicional internacional para julgar pessoa acusadas de crimes de genocídio. Com um considerável atraso, os trabalhos desta Comissão sobre o projecto de estatuto dum tribunal penal internacional apenas terminaram em 1994!²¹ Convocada pela AG, a Conferência diplomática de plenipotenciários das NU para a criação deste Tribunal decorreu em Roma de 15 a 17 de Julho de 1998, tendo o difícil objectivo de acabar com a impunidade de todos os que praticam crimes de guerra e de genocídio e ao mesmo tempo deixar de ser necessário constituírem-se tribunais para situações específicas.

Algumas dúvidas colocadas no decorrer dos trabalhos, por parte da França e principalmente dos Estados Unidos que não assinaram o texto final, fizeram com que o compromisso não tenha resultado no consenso que se pretendia com a criação do tribunal pelo facto de um país com tanto peso na cena internacional, não o ter assumido.

Em 1 de Julho de 2002 foi aprovado o Estatuto do TPI, estabelecido como um tribunal de carácter permanente, com jurisdição sobre todos os que tenham cometido crimes de maior gravidade, tendo assim um alcance internacional e sendo complementar às jurisdições penais nacionais.

O TPI, que se localizará em Haia, terá competência para julgar crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crimes de genocídio, mesmo se qualquer um destes tenha sido cometido no âmbito de um CANI, e também para julgar crimes de agressão. A complementaridade entre o TPI e os tribunais nacionais materializa-se no facto de os presumíveis criminosos apenas comparecerem

²¹ Estes atrasos deveram-se principalmente à dificuldade na adopção de uma definição de agressão por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas, apenas conseguida em 1974, também 50 anos depois de iniciados os trabalhos, ainda pela Sociedade das Nações

perante este se o próprio Estado não quiser e/ou não puder efectuar o respectivo julgamento.

Deste modo foi ultrapassado o problema de os tribunais ad-hoc serem sempre constituídos à posteriori, o que dava origem a críticas como a politização dos mesmos, o facto de serem vistos como uma demonstração de poder por parte dos vencedores dos conflitos e na dualidade de critérios em virtude de não serem também criados outros tribunais eventuais para igualmente serem julgadas as violações de Direito Humanitário cometidas por estes.

Resultantes do texto final, são identificadas três limitações:

- Os Estados signatários têm a possibilidade de não reconhecer a competência do Tribunal, quanto aos crimes de guerra, durante sete anos, período findo o qual este ponto será objecto de reanálise;
- As questões podem ser submetidas ao Tribunal no seguimento de uma queixa de um Estado parte no tratado ou do CS e também por iniciativa da acusação, sendo neste caso necessária a autorização de uma câmara de juízes para a instrução do processo, podendo ainda o CS solicitar a suspensão das investigações por um período de doze meses, renovável;
- Exceptuando a situação de queixa apresentada pelo CS, a jurisdição do TPI apenas pode ser exercida desde que o Estado onde o crime tenha sido cometido, ou o Estado do presumível autor do mesmo, sejam partes no tratado.

O TPI tem poderes mais restritos do que os anteriores tribunais ad-hoc, embora tenha uma competência mais alargada do que estes, constituindo-se assim mais num meio de prevenção dos conflitos através do mecanismo da dissuasão do que num tribunal repressivo propriamente dito. De igual modo, o facto de os crimes de guerra poderem estar fora da sua esfera de competência nos sete anos subsequentes à entrada em vigor do tratado, poderá representar um grande atraso nas naturais expectativas das futuras vítimas destes crimes.

(3) A repressão a nível nacional

O Código de Justiça Militar (CJM) aplica-se aos crimes de natureza estritamente militar,²² que sejam cometidos quer em território nacional quer em território estrangeiro, salvo tratado ou convenção em contrário.²³ De acordo com o artº 9 do CJM, são equiparados a crimes de guerra,²⁴ as infracções graves cometidas em situações nas quais se pressupõe a aplicação das CG, ou relacionadas com o empenhamento das FFAA's em missões de apoio à paz, no âmbito dos compromissos internacionais assumidos por Portugal. Os crimes previstos pelo CJM e que se enquadram nos normativos do DIH, são os seguintes:

- crimes de guerra contra as pessoas;²⁵
- crimes de guerra por utilização de métodos e meios de guerra proibidos;²⁶
- crimes de guerra por ataque a instalações ou pessoal de assistência sanitária;²⁷
- crimes contra feridos ou prisioneiros de guerra;²⁸
- crimes de guerra contra o património;²⁹
- a utilização de insígnias ou emblemas distintivos;³⁰
- crimes relativos ao aboletamento;³¹
- outros crimes.³²

Conclui-se assim que os militares portugueses que participam em OAP estão subordinados ao CJM. Devem ser julgados pelos tribunais nacionais no caso de se verificar o cometimento de qualquer das infracções atrás referidas, pois Portugal é um Estado de direito e como tal, o TPI só poderá intervir se as autoridades judiciais nacionais não quiserem ou não tiverem capacidade para actuar perante uma situação destas.

²² Artº 1º do CJM

²³ Artº 3º do CJM

²⁴ Artº 8º do CJM

²⁵ Artº 41º do CJM

²⁶ Artº 42º e artº 43º do CJM

²⁷ Artº 44º do CJM

²⁸ Artº 45º do CJM

²⁹ Artº 46º do CJM

³⁰ Artº 47º do CJM

³¹ Artº 50º a 53º do CJM – Alojamento de forças militares em casas civis através de ordem escrita

³² Artº 54º a 56º do CJM

4. Os danos colaterais provocados no âmbito das OAP

O mediatismo e o aproveitamento político constituem o problema actual do DIH, pois a luta pelas audiências com imagens sem serem alvo de selectividade, repetitivas e a mostrarem mais vezes a violação do Direito do que o seu respeito, tornam assim mais difícil contabilizar os seus sucessos em detrimento da apresentação dos seus fracassos. Situação exemplo deste mediatismo é apresentação da imagem de um civil ferido em detrimento de um soldado que se tenha poupado no âmbito do cumprimento das regras no conflito.

a. População civil

A população civil não deve nunca ser considerada um objectivo táctico, excepto quando participe nas hostilidades estando colocada ao lado de objectivos militares ou com um pequeno intervalo entre ambos e quando os danos colaterais não sejam demasiado excessivos em relação às vantagens militares concretas e directas esperadas desse ataque. Mesmo considerando a possibilidade desta acção, deve ser feito um aviso em tempo útil e por meios eficazes, se a situação táctica o permitir. É de referir no entanto que a utilização dos escudos humanos é condenada inequivocamente no §7 do artº 51 do I Protocolo, devendo as pessoas e os bens civis serem afastados dos locais das operações tal como a colocação de objectivos militares como por exemplo a construção de casernas ou depósitos de munições e a implantação de tropas ou de meios de transporte militar, ser feita longe de zonas com uma forte concentração de população³³.

b. Objectivos militares

A definição destes deve ser verificada com o preenchimento de duas condições,³⁴ a saber, a sua contribuição efectiva para a acção militar pela natureza, localização, utilização ou destino e uma vantagem militar precisa através da sua destruição total ou parcial, neutralização ou captura.

Definidos os objectivos militares e descritos quais os bens que podem ser atacados, a população civil pode assim, por um lado afastar-se de certos locais

³³ Artº 57º e 58º do I Protocolo

³⁴ Artº 52º, § 2 do I Protocolo

susceptíveis de serem alvo de ataques legítimos e por outro reforçar o carácter civil dos bens que não podem ser atacados.

(1) Princípio da proporcionalidade

Este princípio é enunciado no I Protocolo,³⁵ ao referir que é um acto indiscriminado e não deve ser levado a cabo um ataque que possa causar, colateralmente, a morte ou ferimentos em civis e/ou danos em bens civis, excessivos em relação a uma antecipada vantagem militar, directa e concreta. Um exemplo da ponderação destes aspectos, levou a que em 1999 não fossem bombardeados objectivos militares pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), que punham em risco o reactor nuclear de cerca de 60 quilos de urânio, do Instituto de Ciências Nucleares, em Vinea, perto de Belgrado. Este princípio também deve ser tido em conta no respeitante ao risco para as tropas atacantes.

Embora não sendo da responsabilidade da parte atacante se a parte defensora não toma as precauções necessárias à protecção dos civis, tal não afasta a obrigação de serem tomadas todas as precauções para minimizar estes riscos, considerando-se no entanto que quando estes trabalham em objectivos militares e são atingidos nos ataques, isso não deve ser considerado um dano colateral.

(2) Ataques indiscriminados

Segundo o artº 49, nº 1 do I Protocolo, ataque é todo o acto de violência, ofensivo ou defensivo, contra o adversário, esclarecendo assim que não é o oposto de uma medida defensiva, pois em termos táticos por exemplo a instalação de campos de minas defensivos, também são considerados ataques. Já ataques indiscriminados são os que violam os princípios da distinção e da proporcionalidade, ambos princípios do DIH, sendo definidos nos artº 48 e 51, nº 4, também do I Protocolo, como aqueles que pela sua natureza, atingem sem distinção, objectivos militares e civis e/ou bens civis, dando como exemplo no nº 5 do atrás referido artº 51, o caso dos bombardeamentos aéreos, terrestres ou navais que tenham em vista objectivos militares localizados numa área onde haja uma concentração de civis ou de bens civis.

³⁵ Artº 51º, nº 5, alínea b) e artº 57º, alínea b), do I Protocolo

Esta classificação envolve alguma polémica, talvez hoje mitigada com o aparecimento das armas guiadas de elevada precisão, mas o que importa reter acerca da legalidade dos ataques é que os danos colaterais por si só não tornam um ataque ilegal, devendo este julgamento ser efectuado com base na apreciação da infracção ou não do princípio da proporcionalidade do DIH.

c. Bens culturais e locais de culto

Consistem nos bens que apresentam um interesse artístico, histórico ou arqueológico,³⁶ ou que constituam o património cultural e espiritual dos povos.³⁷ A sua protecção deve ser efectuada pelo Estado vítima de ataque, que não pode transformá-los em objectivos militares e também pelo Estado atacante que não deve praticar qualquer acto hostil contra os estes. A Convenção de Haia confere ainda um estatuto de protecção especial a alguns destes bens culturais e locais de culto,³⁸ materializado no uso de um distintivo especial nos mesmos.

d. Bens indispensáveis à sobrevivência da população

De acordo com os Protocolos,³⁹ é proibido o ataque, a destruição, ou a colocação fora de uso destes bens, embora se considerem excepções quando sejam destinados à subsistência das forças militares ou por elas utilizados para fins do conflito e porque no território sob o seu controlo, o Estado beligerante pode efectuar a política de “terra queimada”, não sendo considerado neste âmbito a destruição dos poços de petróleo no Kuwait efectuado pelo Iraque, pois os danos provocados pelos incêndios e pela maré negra proveniente do derramamento de petróleo, constituíram um verdadeiro atentado ao meio ambiente. Locais que contenham forças perigosas, tais como barragens, diques e centrais nucleares e outros objectivos que se encontrem nas suas proximidades também têm protecção prevista em termos de ataques e represálias contra os mesmos.⁴⁰

³⁶ Artº 1º da Convenção de Haia de 1954

³⁷ Artº 53º, alínea a) do I Protocolo e artº 16º do II Protocolo

³⁸ Artº 16º e 17º da Convenção de Haia

³⁹ Artº 54 do I Protocolo e artº 14º do II Protocolo

⁴⁰ Artº 56º do I Protocolo e artº 15º do II Protocolo

e. Proibição de atacar certas zonas

(1) Localidades não defendidas

Esta proibição, com origem no artº 25 do Regulamento de Haia foi reafirmada mais tarde na proibição de atacar qualquer local habitado na proximidade da frente de combate ou de uma zona de contacto,⁴¹ desde que se tenha procedido à evacuação de todos os combatentes e à retirada do material militar, que não possa ser cometido nenhum acto hostil contra o inimigo e que não seja possível ser prestado nenhum apoio a actividades militares.

(2) Zonas e localidades sanitárias e de segurança

São locais de refúgio criados através de um acordo entre as Partes e que podem estar ou não afastados da frente de combate.⁴² Destinam-se a acolher os feridos, doentes e deficientes, os idosos, as grávidas, as crianças menores de 15 anos e respectivas mães quando tenham menos de sete anos, tal como o pessoal administrativo e sanitário destes mesmos locais. Serão identificados na periferia e nos edifícios com bandas oblíquas vermelhas sobre um fundo branco.⁴³

(3) Zonas neutralizadas

São criadas provisoriamente na proximidade da frente de combate, mediante um acordo entre as Partes do conflito, para protecção dos feridos, doentes e civis que não têm intervenção nas hostilidades.⁴⁴

(4) Zonas desmilitarizadas

A sua criação também surge a partir de acordos entre as Partes, efectuados após o início do conflito ou ainda em tempo de paz. Para manterem o estatuto de locais em que são proibidas as hostilidades, não podem conter instalações militares, nem servir para estacionamento ou trânsito de forças armadas.⁴⁵

⁴¹ Artº 59, nº 1 do I Protocolo

⁴² Artº 23º da I Convenção e 14º da IV Convenção

⁴³ Artº 6º, anexo 1 da IV Convenção

⁴⁴ Artº 15º da IV Convenção

⁴⁵ Artº 60º do I Protocolo

f. Unidades sanitárias

Quer estas sejam serviços de saúde civis ou militares e fixas ou móveis tais como, veículos, comboios, navios ou aeronaves, devem ser respeitadas e protegidas, estando claramente identificadas pelos distintivos da Cruz Vermelha, Crescente Vermelho ou mais recentemente também pelo Cristal Vermelho, sob fundo branco. Quando esta identificação não se verificar estes serviços correm um risco acrescido tal como se verificou no conflito que opôs argentinos e britânicos no Atlântico Sul e no qual os helicópteros de combate de ambos os lados efectuaram missões sanitárias e de busca e salvamento dos náufragos, já que os meios destinados para esse fim e identificados como tal eram em número muito insuficiente para dar resposta às necessidades resultantes dos combates.

É de salientar no entanto que o pessoal sanitário destas Unidades pode possuir armas ligeiras para garantir a ordem e a sua defesa tal como a das pessoas às quais dão assistência.

g. Regras de Empenhamento (ROE)

Estas regras⁴⁶ têm um papel fundamental na prevenção da ocorrência de danos colaterais, quer no âmbito dos conflitos quer no âmbito das OAP da NATO ou nas Operações de Paz das NU.

Os limites e o controlo do uso da força, ameaça do uso dessa força ou quaisquer outras actividades relacionadas com o seu uso, por motivos jurídicos, políticos ou mesmo militares, têm nas ROE um instrumento privilegiado de actuação nos planos político e militar, constituindo-se muitas vezes na expressão do controlo do poder político sobre as forças militares.

Nas circunstâncias em que não é possível a comunicação com nível mais elevado de autoridade, elas asseguram no plano político que a acção do comandante no terreno se desenrola de acordo com os objectivos traçados no plano político. De igual modo, no plano militar, definem os parâmetros de actuação do comandante, nomeadamente o âmbito do mandato no direito internacional, e as leis nacionais das partes envolvidas. Quando existam militares envolvidos isoladamente em termos tácticos, as ROE devem ser materializadas em comandos, normativos de instruções ou ordens individuais e concretas.

⁴⁶ ROE – Rules of Engagement

A utilidade e a efectividade das ROE como directivas de natureza legal só se verificam se as mesmas forem de fácil compreensão e memorização e quando têm possibilidade de ter aplicação prática, mesmo em situações que envolvam muita pressão. Para tal, não devem conter uma linguagem muito técnica nos cartões a distribuir, tendo em vista a facilidade de utilização para cumprimento das normas que estas contêm.

Conclusões

Este trabalho teve por objectivo dar um contributo na formação dos militares da FAP e mesmo das FFAA's se tal for entendido superiormente, para que quando empenhados em missões de OAP, tenham uma conduta de acordo com as regras do DIH.

No capítulo um procurou-se efectuar o enquadramento do DIH no âmbito do Direito Internacional (DI), já que enquanto ramo do DIP, é dotado de uma certa autonomia. Na sua caracterização descreveram-se os antecedentes históricos e a problemática da questão humanitária nos conflitos e as fontes que lhe deram origem, codificadas nas Declarações de Haia e nas CG e respectivos PA. Descreveram-se ainda as características, objecto, princípios e objectivo do DIH, tal como um pequeno estudo comparativo com o DIDH e por último foi definido o seu campo de aplicação.

A questão da responsabilização criminal individual por infracções graves cometidas no âmbito do DIH foi abordada no capítulo dois quanto aos princípios mais recentes surgidos com a criação dos Tribunais Penais Internacionais e consequente obrigatoriedade de serem levados a julgamento todos os autores ou cúmplices destas infracções, tal como no que diz respeito à responsabilidade da cadeia de comando das forças militares envolvidas nos conflitos e mesmo nas OAP.

Os crimes de DI foram identificados no capítulo três, tal como as infracções graves às Convenções e aos Protocolos e os mecanismos de investigação previstos. A repressão penal a nível interno através do julgamento a efectuar pelos tribunais nacionais e a nível internacional com a criação dos tribunais ad-hoc e mais recentemente com o TPI, foram igualmente tratadas neste capítulo, sendo enumerados os crimes previsto no CJM e identificada a competência dos tribunais nacionais para os julgar.

O problema da possibilidade de ocorrerem danos colaterais foi considerado no capítulo quatro, no respeito por uma série de princípios enumerados na distinção entre população civil e combatentes e entre objectivos militares e bens civis, pelos princípios da proporcionalidade e de não serem efectuados ataques indiscriminados, tal como a protecção prevista em relação a determinados bens, locais e zonas. Foi também referido o papel fundamental das ROE na prevenção destes danos, que ao surgirem na sequência das operações militares desenvolvidas nos conflitos ou das OAP devem ser bem definidas e divulgadas convenientemente pela importância que assumem na conduta das operações no terreno, dentro da legalidade e das normas do DIH.

No início foi colocada uma questão central, duas questões derivadas e levantadas duas hipóteses orientadoras, para as quais se está agora em condições de dar resposta e avançar com alguns contributos, que salvo melhor opinião, se consideram serem oportunos sobre este tema.

À questão central **“Como contribuir para a formação dos militares da FAP, para que tenham um desempenho dentro dos parâmetros do Direito Internacional Humanitário, quando envolvidos em Operações de Apoio à Paz?”**, considera-se que a resposta está inserida no âmbito dos quatro capítulos do trabalho, em termos de identificação, análise e articulação das normas de DIH com os princípios gerais de actuação em missões de apoio à paz, para que estas possam ser divulgadas ao longo de todo o processo de formação dos militares da FAP.

A resposta às questões derivadas *“Como efectuar a responsabilização criminal individual, quer no âmbito dos conflitos armados, quer no âmbito das OAP?”* e *“Como reduzir a possibilidade de ocorrerem danos colaterais na sequência de decisões tomadas no desenrolar das hostilidades ou mesmo no pós-conflito?”*, é dada quanto à primeira no capítulo dois, com a definição dos princípios internacionais de responsabilização criminal individual e também da responsabilidade da cadeia de comando no caso das forças militares e no capítulo quatro em termos de princípios a observar na condução das operações tendo em vista minimizar os danos colaterais, no caso da segunda questão.

Relativamente às hipóteses consideradas, *“A definição e o campo de aplicação do DIH, estão previstos na codificação das suas normas”* e *“Os crimes resultantes de infracções graves, estão tipificados na legislação, tal como a competência para os julgar”*, estas encontram-se validadas no capítulo um no caso da primeira, com a definição do DIH e do seu campo de aplicação e no capítulo três quanto à segunda hipótese, pela enumeração dos crimes previstos na legislação internacional, das infracções graves às quatro CG e ao I Protocolo e da competência prevista para os tribunais internos e internacionais em termos de repressão penal destas infracções.

Para que a conduta dos militares da FAP destacados para participarem em OAP se pautem pelo respeito dos princípios orientadores do DIH, uma vez que é sobre o desrespeito destes que poderá haver uma responsabilização criminal, individual ou mesmo do Estado Português, é necessário ministrar uma formação adequada nos vários níveis existentes na

FAP⁴⁷ e também de um modo mais acentuado na fase de preparação e aprontamento que antecede o início deste tipo de missões.

Actualmente o Direito Humanitário é ministrado na FAP numa forma mais acentuada aos cursos de promoção dos Oficiais, a Capitão, a Oficial Superior e a Oficial General. Na componente militar da formação técnica e nos outros cursos de promoção dos militares da Força Aérea, apenas são dadas algumas considerações gerais, sem que o DIH tenha uma relevância específica. O Direito de Genebra é tratado numa forma mais profunda nos cursos da área de Fuga e Evasão dados ao Pessoal Navegante no Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea, mas apenas no que diz respeito aos Prisioneiros de Guerra.

No âmbito da elaboração deste trabalho foi ainda constatado que em termos militares a nível nacional, mesmo no Exército Português no curso de Operações de Apoio à Paz que é ministrado na Escola Prática de Infantaria em Mafra, a temática do DIH é apenas abordada em termos de conferência sem que tenha uma forma mais aprofundada de tratamento. Apesar deste Ramo ter estado envolvido com inúmeros efectivos em missões de OAP em vários locais do mundo nas últimas duas décadas, a explicação dada para esta forma de tratar o tema do DIH é de que as FFAA's são sempre integradas numa força internacional comandada por outro país, ocupando assim uma posição subalterna e recebendo por isso directivas superiores para efeitos de actuação no cenário do conflito.

No curso Civil-Military Co-operation (CIMIC), ministrado no IESM é convidado um conferencista de reconhecido mérito nesta área, normalmente um jurista, para efectuar uma dissertação sobre as normas do DIH.

Tendo em linha de conta a investigação desenvolvida no âmbito do trabalho, julgam-se pertinentes as seguintes constatações:

- As normas legais do DIH continuarão a ser desenvolvidas no sentido da limitação das capacidades de alguns sistemas de armas e do seu uso em operações militares, para protecção das vítimas dos conflitos e prevenção dos danos colaterais;
- Esta necessidade de protecção e de prevenção é tão mais manifesta quanto maior é também o acompanhamento de perto que a opinião pública mundial faz acerca do desenrolar dos conflitos e das acções tomadas para se pôr fim aos mesmos, ainda que por vezes haja partes que não respeitam as normas do DIH.

⁴⁷ Artº 47º da CG – o estudo da convenção deve ser incluído nos programas de ensino militares

Bibliografia

Artigos de Publicação em série

ALMEIDA, Tenente Coronel ADMAER Manuel Campos, (1994). Direitos Humanos e Forças Armadas-um desafio para o nosso tempo. Revista Mais Alto, Nov/Dez 1994.

ALMEIDA, Major-General Manuel António Lourenço de Campos, (2003). Direito Humanitário e Conflitos Modernos. Revista Militar, nº 1, Janeiro 2003.

ALMEIDA, Major-General Campos, (2003). As Dimensões Legais do Novo Armamento. Revista Militar, nº 10, Outubro 2003.

ALMEIDA, Major-General Manuel António Lourenço de Campos, (2006). Direito Internacional Humanitário – Os Novos Desafios. Revista Militar, nº 1, Janeiro 2006.

A Ingerência e o Direito Internacional (1996). XIV Jornadas IDN-CESEDEN, 1995. Edição da Revista Nação e Defesa.

BRITO, Nuno Filipe, (2000). Lidando seriamente com as Nações Unidas: Kofi Annan e a intervenção humanitária. Revista Política Internacional, Nº21, Primavera-Verão 2000.

COELHO, Major-General Adelino de Matos, (2003). O Terrorismo, a Segunda Guerra do Golfo e a Reavaliação do Direito Internacional Humanitário. Revista Militar, Nº 10, Outubro 2003.

COELHO, Teresa Leal, (2003). O Direito Internacional e a Ingerência Humanitária: o poder/dever da intervenção armada. Revista Nação e Defesa, Nº 105, Verão 2003.

DORIN, Bernard, SÉNARCLENS, Pierre de, DECAUX, Emmanuel, Dupuy, Pierre-Marie, THIERRY, Hubert (2000). L'ingérence humanitaire: vers un nouveau droit international? Revue Defense National, Mars 2000.

GOMES, José Pereira, PUREZA, José Manuel (1994). Direito da Guerra. Revista Política Internacional, Nº 10, Inverno 1994-95.

LÚCIO, Dr. Álvaro Laborinho, (2002). Emergência Humanitária e a Legitimação da Intervenção: A tensão entre a soberania e a justiça dos fins. Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Boletim Nº 29, 2002.

SILVA, Tenente Coronel Nuno Miguel Pascoal Dias Pereira da, (2004). O Direito Internacional Público nos Conflitos Armados. Revista Militar, Nº 8/9, Agosto-Setembro 2004.

VICENTE, Major PilAv João Paulo Nunes, (2006). O direito à Guerra Justa. Revista Militar, Nº 4, Abril 2006

Legislação

- I, II, III e IV Convenções de Genebra de 1949
- I e II Protocolos Adicionais de 1977
- Carta das Nações Unidas de 1945
- Constituição da República Portuguesa de 1976
- Convenção de Haia de 1954
- Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969
- Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça de 1945
- Estatuto do Tribunal Penal Internacional de 1998
- Lei nº 100/2003, de 15 de Novembro, com as alterações da Rectific. Nº 2/2004, de 03 de Janeiro – Código de Justiça Militar
- MC362, "NATO Rules of Engagement", 1999
- Normas de Justiça Penal das Nações Unidas para as Forças de Polícia de Manutenção de Paz de 1997

Manuais Técnicos

Humanitarian Law in Armed Conflicts – Manual, (AUG 1992). Edited by The Federal Ministry of Defence of the Federal Republic of Germany.

MULINEN, Frédéric de, (1991). Manual sobre el Derecho de la Guerra par alas Fuerzas Armadas. Comité Internacional de la Cruz Roja

Monografias

BATISTA, Manuel João de Oliveira, CAP/TABST, (ABRIL 2000). Direito Humanitário e dos Conflitos Armados. TIP do CGGA. IAEFA.

COELHO, Adelino de Matos, COR/INF, (CSCD 2001/02). As Regras de Empenhamento, como instrumento do Direito Internacional Humanitário, no plano da Formação, do Ensino e da Instrução Militar do Exército. TILD do CSCD. IAEM.

CRUZ, António Artur de Magalhães, CAP/PILAV, (JUN 88). O Direito Internacional Humanitário aplicável aos Conflitos Armados. TIP do CGGA. IAEFA.

DIAS, Carlos M Mendes, MAJ/ART, (CEM 1998/2000). A instrução no Exército para Operações de Apoio à Paz. TILD do CEM. IAEM

FERNANDES, Carlos José Barradas, MAJ/ART/PARA, (CEM 2003/05). O Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados: Lições aprendidas e constrangimentos para o Planeamento das Operações Militares. TILD do CEM. IAEM.

GONÇALVES, Lino, MAJ/INF, (CEM 2000/02). Forças Militares e Forças de Segurança nas Operações de Apoio à Paz – Missões, articulação e relações de comando. TILD do CEM. IAEM.

RODRIGUES, Jorge Melo, MAJG/TPAA, (FEV 96). Direito Humanitário e dos Conflitos Armados. TIP do CGGA. IAEFA.

SILVA, Álvaro Raposo Guerreiro da, MAJ/INF, (CEM 1997/99). A Doutrina das Operações de Apoio à Paz no Quadro da Teoria da Guerra. TILD do CEM. IAEM.

Publicações

BAPTISTA, Eduardo Correia, (2003). O Poder Público bélico em Direito Internacional: O uso da força pelas Nações Unidas em especial. Almedina

CARREIRA, José Manuel Silva, (2004). O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares. Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia – Edições Culturais da Marinha.

DEYRA, Michel, (SET 2001). Direito Internacional Humanitário. Gabinete de Documentação e Direito Comparado – Procuradoria-Geral da República.

ESCARAMEIA, Paula, (2003). Colectânea de Leis de Direito Internacional. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

ESCARAMEIA, Paula, (2001). Reflexões sobre temas de Direito Internacional Público – Timor, a ONU e o Tribunal Penal Internacional. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

LEANDRO, Francisco da Silva, (ABR 2005). As Armas das Vítimas – Um novo prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados. Edições Cosmos – Instituto de Defesa Nacional.

MOMTAZ, Djamchid, (2001). Le Droit International Humanitaire Applicable aux Conflits Armés Non Internationaux. Académie de Droit International

RAIMUNDO, Isabel, (1999). Imperativo Humanitário e Não-Ingerência – Os novos desafios do Direito Internacional Contemporâneo. Edições Cosmos – Instituto de Defesa Nacional.

VIANA, Vítor Rodrigues, (OUT 2002). Segurança Colectiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz. Edições Cosmos – Instituto de Defesa Nacional.

Páginas da Internet

www.cesdim.org.br

www.coimbraeditora.pt

www.cruzvermelha.pt

www.dgsi.pt

www.gddc.pt

www.hrw.org

www.icc.org

www.icrc.org

www.idn.gov.pt

www.iihl.org

www.oa.pt

www.pgdlisboa.pt

www.pgr.pt

www.portolegal.com

www.revistamilitar.pt

www.un.org/icty

Anexo A

Definição de termos – Corpo de Conceitos

Durante a investigação foram identificados e interpretados alguns termos e conceitos, considerados importantes para o estudo do tema proposto.

Ad-hoc – para tal fim.

Civis – Todas as pessoas que não sejam combatentes (em caso de dúvida a pessoa tem que ser considerada civil). Se durante este tempo o civil tomar parte nas hostilidades, é considerado combatente e perde a protecção.

Combatente – Pessoa que toma parte directamente nas hostilidades ou é membro das Forças Armadas.

Bens civis – Segundo o artº 52 do I PA, são os que não constituem objectivos militares como aqueles que pela sua natureza (navios de guerra, carros de combate e aviões de guerra), localização (ponte na área do conflito), finalidade (abastecimento às forças armadas) ou utilização (viatura civil a transportar material militar), contribuam efectivamente para a acção militar e cuja destruição total ou parcial, captura ou neutralização ofereça, nas circunstâncias do momento, uma vantagem militar precisa.

CAI – Conflito Armado Internacional (guerra declarada ou qualquer outro conflito que surja entre duas ou mais Altas Partes Contratantes, mesmo que o estado de guerra não seja reconhecido por uma delas ou contestado por todas).

CANI – Conflito Armado Não Internacional (nos termos do artº nº 1 do II Protocolo, conflito que opõe as forças armadas de uma Parte contratante às forças dissidentes, devendo estas estar colocadas sob um comando responsável e exercer um controlo sobre uma parte do território, que lhes permita conduzir operações militares continuadas e concertadas e aplicar este Protocolo, nomeadamente em matéria de prisioneiros de guerra e de cuidados e tratamentos aos feridos e doentes).

Crime de *apartheid* – A Convenção de 30 de Novembro de 1973, da qual Portugal não é Parte, considera crime contra a Humanidade a intenção de constituir ou manter o domínio de um grupo racial sobre outro.

Crime de genocídio – Considerado autonomamente pela Convenção de 9 de Dezembro de 1948 que identifica como genocídio quer físico quer biológico, a intenção de em tempo de guerra ou de paz, se destruir parcialmente ou na sua totalidade, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. É de referir que não é considerado nestes termos, o genocídio cultural.

Dano colateral – Dano ou perda causada de maneira fortuita durante um ataque, apesar de todas as precauções tomadas para prevenir ou minimizar a morte ou ferimento de civis e danos a bens civis.

Guerra – Conflito na mais alta intensidade do uso da força militar.

Jus ad bellum – Lícitude do recurso à força.

Jus in bello – Acto formal que consiste numa declaração de guerra ou num reconhecimento de beligerância.

Jus cogens – Norma imperativa de direito internacional geral, que é aceite e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu conjunto como norma à qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de direito internacional geral com a mesma natureza.

Operações de Apoio à Paz – Actividades nas quais participam forças multinacionais, que sob a égide das Nações Unidas têm por finalidade manter, garantir e restaurar a paz e a segurança internacionais.

Regras de Empenhamento (ROE) – Segundo o MC 362, “NATO Rules of Engagement”, 1999, são directivas para as forças militares (incluindo os indivíduos), que definem as circunstâncias, condições, grau e modo em que a força, ou acções que possam ser provocatórias, podem ou não ser exercidas.